

Identidade nacional e património construído – arquitectura, cidade e território (1)

Para um arquitecto, que é o que sou estruturalmente, o discurso mais apropriado é, sobretudo, o do projecto e da obra construída, que deverão explicitar os conceitos que defende, de uma forma certamente mais clara do que mil palavras.

Por coincidência, a esta mesma hora, está ser inaugurada a obra que, com outros colegas, projectei para Coimbra: o Mosteiro da Santa Clara a Velha e que poderia e deveria corresponder àquele discurso.

Como estou aqui e não lá, senti a necessidade de o explicar.

Em primeiro lugar o convite para participar nesta sessão chegou-me muito antes, mas isto não seria o mais importante, uma vez que nunca estaria presente na inauguração de uma obra cujo desenrolar constituiu um crescendo de desrespeito pela nossa dignidade de autores de um projecto, aliás seleccionado a partir de um concurso público internacional, como explicitamos em comunicado distribuído aos meios de comunicação social.

Em contrapartida tenho sentido, durante os vinte anos que por aqui ando, uma relação de estima e respeito mútuo entre mim e a Universidade de Coimbra. Agradeço, na pessoa do Senhor Reitor, à Universidade, que também já é a minha, e a todos os amigos que por cá fui fazendo e que me mantém reconciliado em permanência com esta cidade.

Por isso aqui estou, por dever e, passe a imodéstia, por direito, mas sobretudo porque me dá o maior prazer.

Agradeço o honroso convite para participar neste evento comemorativo do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, prevenindo os presentes que me encontro num momento de algum pessimismo em relação às questões que se prendem com o tema que tratarei.

Defenderei algumas ideias de base de que deixo quatro apontamentos introdutórios, à laia de um académico *abstract*:

1. A arquitectura portuguesa e incluo aqui arquitectura, cidade e paisagem é, como a nossa língua, um factor de coesão nacional.
2. A coesão nacional num país como o nosso é obrigação de todos, mas deverá ser tarefa prioritária do poder político. Logo a prioridade dada ao património, a que me referi no ponto 1, deverá ser tomada como essencial em qualquer programa de governo.
3. A situação em que se encontra o nosso património é de desastre público e as soluções que deverão ser desenhadas para o futuro não são compatíveis com a penúria orçamental, e a aparente desorientação programática e falta de coragem no exercício de controlo qualificado por parte do Estado português. Ainda menos são compatíveis com um Estado que parece ter uma total falta de sensibilidade em relação às questões ditas culturais. A relação custo benefício a que se referia recentemente, como se dissesse algo de novo, o Senhor Presidente da Republica, não tem constituído matéria de reflexão nos planos de investimento público no que se refere ao sector da cultura, particularmente no que diz respeito ao património construído.
4. Alguns escritores e poetas, editores ou leitores apaixonados, tem defendido a nossa língua; alguns arquitectos, historiadores, ou paisagistas, outros cidadãos e até políticos, tem defendido o nosso património construído, tentando a sua preservação, modernização e desenvolvimento harmonioso. Uns e outros têm sido vozes no deserto. Farão parte da extensa galeria dos inúmeros heróis nacionais que foram derrotados pelas circunstâncias adversas.

A acrescentar, ainda na onda do pessimismo, revelarei duas desconfianças, talvez politicamente incorrectas:

1. Desconfio das paisagens protegidas e dos centros históricos e respectivo tratamento preferencial numa política de (re)ordenamento do território. Prefiro pensar nas paisagens desprotegidas e nas periferias dos aglomerados urbanos.
2. Desconfio, salvo honrosas excepções, dos arquitectos e dos autarcas e do seu respectivo voluntarismo ou, no reverso da medalha, da sua total passividade ou desistência perante a “fatalidade” da desordem.

Gostaria, ainda, de dizer, que não trago aqui ideias originais, uma vez que tive oportunidade de as defender em recente Congresso de Homenagem a Alberto Sampaio e, mais recentemente ainda, em reunião com o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, sobre Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, na presença do Sr. Ministro da Cultura.

A.

Seguindo o empenhamento activo de muitos cidadãos, começaremos por chamar a atenção para o insubstituível papel que representa o poder político no estabelecimento e aplicação de políticas de defesa do património ou de ordenamento das cidades e do território, no nosso país.

Tentaremos retirar da história e da análise do presente alguns elementos para fundamentação do nosso pensamento.

São reconhecidos por todos alguns momentos fortes da nossa história, em que a construção de uma identidade nacional foi fundamental para garantir ou justificar a viabilidade da nação.

Parece justo, hoje, interrogarmo-nos: será que vamos querer continuar, ou será que poderemos, neste momento difuso de integração na Europa, e sem cairmos em nacionalismos radicais, chamados por Lourenço de *benfiquismos patrióticos*, ou em ridículas resistências anti-europeístas, será que queremos ou poderemos manter, colectivamente, alguma convicção identitária que nos garanta, objectiva e subjectivamente, a persistência de um Portugal/Nação?

Qual é o nosso projecto? Que espécie de identidade estaremos a construir, nós que somos, por natureza e por defesa, inventores natos de identidades?

Entre outras, poderemos referir algumas construções identitárias. O milagre de Ourique, a nossa “missão” de reconstruir o Império cristão na continuidade da Reconquista, a epopeia sintetizada nos *Lusíadas*, tão única e universal que comoveu o Olimpo, o regresso da corte à aldeia do nacionalismo restauracionista, a independência desejada contra franceses e ingleses, na assunção das razões da decadência dos povos peninsulares, sustentada colectivamente pela reacção ao Ultimato, numa espécie de proposta de recomeço dos nossos romantismo, liberalismo e republicanismo, o passo atrás do ruralismo clerical do Estado Novo, o 25 de Abril e o seu, algo nebuloso, projecto de invenção de um modelo português de socialismo, todos são momentos, entre outros sub-momentos, de manifestação do nosso espírito ficcionista, diria talvez, para amaciar a ironia, da nossa veia poética.

A verdade mesmo, para não entrar em considerações subjectivas do tipo das reflexões de Teixeira de Pascoais ou do trabalho de Jorge Dias sobre o Carácter Nacional Português e de tantos outros, é que todos estes episódios corresponderam a indispensáveis respostas políticas e ideológicas da classe dominante contra uma evidente tendência estrutural para a dissolução da Nação, buscando-lhe novos sentidos, nas várias circunstâncias históricas.

O problema da nossa individualidade geográfica, como lembra José Mattoso, está, hoje, esgotado. O debate que suscitou, teve como resultado mais positivo a determinação das condições naturais, não do conjunto do território português, mas da sua divisão regional, ou seja, das diferenças que o repartem. Orlando Ribeiro mostrou, desde 1945, quais as grandes áreas naturais em que se divide Portugal, mas

também como elas se prolongam, perigosamente para uns ou felizmente para outros, pelas regiões espanholas que as limitam. A influência das condições geográficas sobre a identidade nacional exprime-se, ainda, pelas modalidades de ocupação e de organização do solo, que também a marcaram diferenciadamente.

O fenómeno de urbanização do espaço não tem deixado de se acentuar ao longo dos séculos e exerce uma influência crescente sobre a configuração das regiões. Poderia pensar-se que a tendencial uniformização dos padrões culturais, imposta pelos *media*, teria potencialidades capazes de obviar as diferenças culturais de base regional. Não é, no entanto, o que parece estar a acontecer em alguns outros países onde surgem características próprias de certas cidades que lhes conferem um papel distintivo, correspondente aos antigos padrões de base rural.

Pode-se perguntar, no caso português, se será verdade que se tornam mais ténues as ligações com o factor da territorialidade, diminuindo, assim, os sinais identificadores que distinguiram as comunidades a nível regional e local quando, estudos recentes sobre a urbanização do nosso território, parecem relevar modos bem diferentes de ocupação que claramente distinguem, a Norte, uma área de urbanismo difuso, que se estende pela Galiza, de outras áreas do nosso território, a Sul, como, por exemplo, a área metropolitana de Lisboa ou o Alentejo.

Portugal continua a ser um país nitidamente desigual, não por razões programáticas ou concorrenciais, como se passa no resto da Europa, mas por razões de atavismo estrutural.

Basta lembrar, ainda, as piores condições de vida e menores oportunidades dos habitantes do interior em relação aos do litoral, problema que não reflecte, apenas, a desigual capacidade de recursos naturais, mas também o aprofundamento de uma situação que começa a ser clara desde a fixação das nossas fronteiras medievais que cortaram as mais importantes vias de comunicação, litoral, interior, desenhadas pela ocupação e colonização romanas.

Começamos a perceber como o factor político terá sido e, provavelmente, continua a ser, o mais determinante na formação de uma identidade nacional.

José Mattoso, mais uma vez, discorre sobre este tema a partir da própria formação do nome de Portugal. O nome do País deriva de um centro administrativo e não de um povo. Podemos verificar a importância deste facto comparando-o com o nome de outros países que derivam de substantivos étnicos, como aconteceu na França – terra dos francos, na Alemanha – terra dos alamanos – ou na Inglaterra terra dos anglos.

É verdade que foi do Porto que “houve nome Portugal”.

De facto, Portugal não teve origem numa formação étnica, mas numa realidade político-administrativa. E, ao contrário da doutrina aceite no período nacionalista do Estado Novo (vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Mendes Correia), Portugal começou por ser uma formação do tipo estatal e só muito lentamente acabou por se tornar uma Nação. Para isso teve que percorrer muitas fases de construção identitária, puramente ideológica, algumas das quais já referenciámos.

O certo é que o Estado português foi agregando a si uma série de áreas territoriais com poucos vínculos entre si, com acentuadas diferenças culturais e com condições de vida muito distintas. A sua unidade esteve na continuidade de um poder político que dominou o conjunto de maneira firme e fortemente centralizada, com apoio do Direito Romano que arreigou o princípio de que todos os habitantes do reino eram vassallos “naturais” do rei.

O Estado ignora, pois, todas as etnias que o precederam e sobrepõe-se a elas como uma entidade política sem qualquer relação privilegiada com nenhuma delas, absorvendo uma grande diversidade cultural, paisagística e histórica. O Estado e, também, o próprio fenómeno da nacionalidade.

De facto, não existe nenhuma realidade antropológica ou do âmbito da cultura popular com uma expressão propriamente nacional (isto é, que se verifique em todo o território português) senão a identidade da língua, mesmo assim ponderada pelos estudos de dialectologia de Lindley Cintra. Todos os outros são de âmbito regional, desde as técnicas agrícolas, à estrutura do parentesco, da prática religiosa, às estruturas político-administrativas. Também a arquitectura popular, como os arquitectos do Inquérito demonstraram, nos finais de 50.

Entretanto, aparentemente contrariando tudo o que foi dito, alguns atrevidos intérpretes da realidade nacional, têm vindo a defender a existência de uma arquitectura portuguesa e sobretudo de um urbanismo português. E temos afirmado o que toda a gente sabe, sem necessidade de comprovação científica: existem valores distintivos na nossa arquitectura e nas nossas cidades, seja qual for o lugar do planeta que lhes tenha dado terra.

Foi o estado fortemente centralizado e os seus efeitos, ainda mais poderosos no mundo colonial, que garantiu, como seu reflexo (como é sempre a arquitectura e o urbanismo), uma especificidade portuguesa. Por isso temos aproximado a língua, que é a nossa Pátria, da nossa arquitectura e das nossas cidades.

É interessante referir, como a questão do património só foi verdadeiramente colocada em Portugal com o advento do romantismo, antes de mais pela tomada de consciência da necessidade de reencontrar uma identidade nacional que se achou legível nos chamados Monumentos Pátrios, a que se aliava o estado de ruína de muitos edifícios com valor histórico e arquitectónico, em consequência de desleixo ou transformações gravosas na sequência da venda em hasta pública dos bens da Igreja. A incapacidade ou fragilidade do poder político levaram figuras como Garrett ou Herculano a tomarem posições duramente críticas, mas, também, propositivas. Assim se foram elegendo classificando e restaurando os nossos monumentos considerados mais significativos. A ausência, ou talvez o medo, da adiada Lei Orgânica do Património trazem o espectro de novas hastas públicas em época de crise financeira.

E todos dizemos hoje, mais ou menos hipocritamente: a paisagem e as cidades são valores identitários. Mesmo que construída artificialmente, sabemos que essa identidade foi factor de coesão e até de sobrevivência.

Sintetizando, arquitectura e cidades, paisagem e língua, dependem de todos (diremos para ser politicamente correctos...), mas os objectivos de todos devem ser interpretados com coragem e determinação pelo Estado Português através de um processo a que tenho chamado paradoxalmente de “iluminismo democrático”. São urgentes as instituições políticas fortes que saibam representar anseios democraticamente expressos por aquilo que gostaria de continuar a chamar “o nosso povo”.

B.

Visto já como factor identitário e de coesão nacional, afinal o que é preservar o património e ordenar o território?

O discurso oficial tem sido fundamentalmente conservacionista, deixando ao mercado a intervenção transformadora. Dentro em pouco, fixados os centros históricos e as paisagens protegidas como objectos museológicos, teremos o “resto” lamentável e irremediavelmente transformado pela inquestionável “mão assassina” do mercado desregrado, numa cidade genérica onde sobressaem alguns objectos arquitectónicos da melhor qualidade para serem publicados e mostrados em maravilhosas revistas e exposições sob a égide do Senhor Presidente da Republica. O Estado assiste e conserva, ainda que pouco, os autarcas estimulam o investimento para o que chamam desenvolvimento e os arquitectos servem, como sempre serviram, os diversos interesses que lhes pagam. Por isso, entre Estado e arquitectos, terá que existir um protocolo que estimule as “boas práticas”, sendo, embora, discutível o que isso verdadeiramente significa.

De facto, todos temos medo da transformação, traumatizados como estamos pela desordem. Uma grua à vista no horizonte e os nossos corações apertam-se... não vimos nada, mas é seguramente horrível!

No entanto, teremos que admitir, uma vez por todas, que não existe ordenamento possível sem transformação, sem um desígnio claro, a partir de uma definição estratégica para o desenvolvimento. Quer dizer, necessitamos, por parte do Estado das instituições, das universidades, de definições programáticas claras e assumidas politicamente com convicção e, conseqüentemente, de projectos desenhados que objectivem uma boa prática.

E assim teremos, de novo, os arquitectos como instrumentos de um poder iluminado democraticamente, a exercer sobre o território a sua acção disciplinar, o saber do seu ofício.

Acreditamos vivamente no desenho do território, da paisagem, da cidade, dos espaços públicos e da arquitectura, sendo tudo Arquitectura. Deveremos recuperar a confiança no desenho transformador. Não existe nenhuma cidade, nenhuma

paisagem serena, bela e útil, sem desenho. E não utilizamos a palavra projecto pela ambiguidade do termo, dizemos desenho, desenho à antiga, aquele que impõe marcas sem qualquer concessão a negociações de consensos políticos, normalmente circunstanciais e débeis. Referimos o desenho e queremos referir, ainda, sem nenhum receio, autores personalizados, como sempre foram, na convicção de que os arquitectos saberão encontrar a sua própria tradição, construída ao longo de séculos pelos mestres pedreiros que, sem conflitos de gerações, transmitiram o saber de pais para filhos, respeitosa e humildemente. E poderão construir os novos lugares, por integração humilde ou afirmação autónoma de novos conteúdos, e assim ordenar, reconstruindo, o nosso território, para o futuro o continuar a transformar.

Por isso afirmamos que sem programa e donos de obra fortes e convictos, sem arquitectos, não é possível a ordem. Sem transformar não é possível ordenar.

Por isso é legítimo, mais uma vez, interpelar o poder político e as instituições que dele decorrem, as universidades, para uma inovadora invenção e aplicação de políticas.

Sintetizando, com palavras sábias de Álvaro Siza:

Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos.

Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura.

Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura contemporânea, dizemos nós.

C.

É evidente que é necessário um grande esforço na educação e na cultura. É mesmo útil que existam recomendações reguladoras. É indispensável desenvolver a crítica e o debate, a amostragem e a discussão de práticas, a instauração de prémios, o apelo aos que sabem, sem o novo-riquismo de conferir o exclusivo aos que controlam a moda e a manipulação das imagens, o apelo também a esses e a todos os que desenvolvem com perseverança a artisticidade.

Mas que fazer a curto prazo? Como regenerar o que existe de tão mau e como impedir a continuação das más práticas?

As estradas que unem os nossos mais importantes monumentos, património da humanidade, Tomar, Batalha e Alcobaça, são o espectáculo kafkiano da desconsideração de todos os valores que estiveram subjacentes à sua classificação.

O Algarve é o paraíso, basta voltarmo-nos para o mar e respirar.

Naquelas estradas não temos para onde nos virar. E entre aqueles monumentos vamos tentando visitar algumas pequenas igrejas ou até alguns museus onde dificilmente conseguimos entrar, perdidos nas circulares e rotundas com fontes monumentais e luminosas onde se revêem autarcas orgulhosos com os novos desenvolvimentos urbanos de arquitecturas pós-modernas de terceira série.

Talvez um Workshop, sob a égide da Universidade, da Ordem dos Arquitectos, sobretudo da Autarquia local, para debater isto tudo, pensamos em desespero de causa!

Lembro a participação em vários, nas Idanhas, em Coimbra, Penela, Lisboa, etc. As autoridades locais, que os pagaram, a maior parte das vezes nem se deram ao esforço de assistir à apresentação das propostas regeneradoras, quanto mais pegarem nas suas ideias que poriam em causa as suas políticas de consenso com a especulação, políticas que obviamente modernizam as urbes, transformando-as no que são todas as outras, mais adiantadas no processo de desenvolvimento.

Apesar de tudo, pertencendo à geração dos que lutaram pela felicidade para hoje, somos de opinião que se poderiam lançar alguns trabalhos experimentais para regeneração do existente. E entre o pesadelo das análises do real, talvez pudessem sair sonhos realizáveis de algum reordenamento. O Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, provavelmente com outros, talvez com todos, poderia gastar algum dinheiro em projectos experimentais, de execução imediata, fazendo apelo a profissionais de várias disciplinas e estudantes que estivessem dispostos a pensar e a desenhar um futuro possível.

Concluindo em jeito de síntese:

A perda da identidade, mesmo que daquela que nós inventemos para o nosso tempo, significa a perda do nosso país, a sua diluição na periferia de alguma ou algumas regiões europeias. Nunca esqueçamos que é a Língua e a Arquitectura, são as cidades de língua portuguesa, que nos permitem algum sentimento de pertença a uma comunidade construída com tanta injustiça e sofrimento, como esforço e imaginação.

Temos pouco tempo antes da desistência total, mergulhados no fatalismo da inevitável perda. Trata-se, assim, usando uma linguagem fora de moda, de um esforço verdadeiramente patriótico.

Por isso me sinto como um homem do século XIX, porque é ao passado e no passado – mas por causa do presente que, com tanta mentira caminha ao nosso lado – que, como Garrett, dirijo a interrogação: *que ser é o meu se a pátria a que pertença não está segura de possuir o seu? Como a Sofia que tem a memória longínqua de uma pátria eterna mas perdida e não sabemos se é passado ou futuro onde a perdemos.*

De facto, para mim, a matéria mediadora entre a consciência individual e o mundo é constituída pela situação nacional e nela e através dela, pelo sentido do ser português.

A consciência da nossa fragilidade histórica, hoje como no século XIX, projecta os seus fantasmas simultaneamente para o passado e para o futuro. O drama de Garrett, que me apetece assumir, é o de Portugal como povo que só já tem ser imaginário ou mesmo fantasmático – realidade indecisa, incerta do seu perfil e lugar na história, objecto de saudades impotentes ou pressentimentos trágicos, como nos disse Eduardo Lourenço.

Alexandre Alves Costa

(1) Comunicação efectuada a 18 de Abril de 2009, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios sob o tema geral “O Património como Oportunidade e Desígnio”